

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 590, de 29 de novembro de 2012

1

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004	Medida Provisória nº 590, de 29 de novembro de 2012
Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 2º</b> Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:	“ <b>Art. 2º</b> .....
.....	.....
IV - o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de 1 (um) por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:
a) tenham em sua composição crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade; e <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e
.....	.....
§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) per capita e será calculado por faixas de renda. <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.
§ 16. Caberá ao Poder Executivo: <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza.” (NR)
I - definir as faixas de renda familiar per capita e os respectivos valores a serem pagos a título de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, conforme previsto no § 15; e <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	
II - ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. <b>(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)</b>	
<b>Art. 6º</b> As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastro Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que	“ <b>Art. 6º</b> .....

## Quadro comparativo da Medida Provisória nº 590, de 29 de novembro de 2012

2

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004	Medida Provisória nº 590, de 29 de novembro de 2012
vierem a ser consignadas ao Programa.	
Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.	Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.